

DEMOGRAFIA

OS OFÍCIOS MECÂNICOS E ARTESANAIS EM SÃO PAULO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII.

ELIZABETH DARWICHE RABELLO

do Instituto de História e Serviço Social.
Franca — UNESP.

Conquanto o território do atual Estado do Paraná integrasse a Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII, para o presente trabalho focalizamos apenas as vilas pertencentes a esta última e que naquela época correspondiam ao número de 28 (1).

Na Capitania de São Paulo a lavoura era a grande base econômica. O incentivo à agricultura colonial como única ou principal atividade vinha da própria política metropolitana. Na realidade, eram raras as vilas que na época não se dedicavam quase que só a atividades rurais, apesar das técnicas serem ainda bastante primitivas e muito grande a resistência ao uso do arado.

Pudemos constatar que no ano de 1798 (2) a média geral dos fogos (3) que estavam presos à agricultura nas vinte e oito vilas foi de 72,99% (4), estando o restante distribuído em outras atividades, variando, naturalmente, de acordo com a localidade.

(1). — Em 1765 existiam 17 vilas, durante os anos de 1766 a 1780 surgiram mais 6 e desse ano até 1800 houve um acréscimo de mais 5 vilas.

(2). — Escolhemos o recenseamento deste ano, pois além de espelhar bem a situação da Capitania no período de nosso interesse, apresentava um quadro de atividades profissionais da população livre, permitindo-nos, assim, a realização de um levantamento geral nas vilas de São Paulo.

(3). — Os cálculos estatísticos basearam-se não propriamente na população mas no número dos fogos, já que as profissões nos recenseamentos estão presas a estes últimos e não aos habitantes.

(4). — Cf. RABELLO (Elizabeth), *As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVIII*, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (São Paulo, 1973), pág. 36.

Possuindo ou não a terra, a grande maioria da população a ela se encontrava presa e dependente; São Paulo, na segunda metade do século XVIII é bem uma sociedade agrícola.

A sociedade paulista da época não apresentava grandes diferenças quando comparada ao resto da sociedade colonial, onde se notava o predomínio do campo, camadas médias urbanas, uma população mais simples vivendo tanto no meio urbano como no rural, entregue a variados ofícios ou mesmo sem nenhum.

Em algumas vilas, aliás, chamou-nos a atenção o grande número de pessoas vivendo sem um ofício específico ou mesmo sem nenhuma ocupação. É interessante notarmos que em muitas vilas após o maior índice de atividades agrícolas (tomando-se o ano de 1798 como exemplo), justamente seguia-se o de “carentes de recursos”, isto é, daqueles que não possuíam terras, nem as cultivavam “a favor” ou sob a condição de “jornaleiros” ou “agregados”. Encontramos assim um significativo número dos que declaravam que: “eram pobres”, “nada possuíam”, “viviam de esmolas”, “dependiam de familiares”, “eram vadios”.

Este índice porcentual dos carentes de recursos era muitas vezes superior às atividades comerciais ou profissões diversas, como o caso de Apiaí, Atibaia, Jacareí, Jundiaí, Santo Amaro (zona rural de São Paulo) (4a).

No que diz respeito ao estudo dos estratos superior, médio e inferior (5) do nosso período, não vamos aqui realizar estudos profundos de todos e de suas subdivisões. Deixaremos mesmo de lado aqueles homens que devido à sua profissão desfrutavam de um *status* social que os classificariam no estrato superior ou mesmo médio.

Nossa preocupação, no momento, será a de analisar aqueles homens que através de suas atividades foram enquadrados no “estrato inferior” e entre estes, mais especificamente os que exerceram os chamados “ofícios mecânicos e artesanais”. Muitas das profissões

(4a). — *Idem* — quadro estrutura profissional das vilas da Capitania de São Paulo (Dados aferidos no Arquivo do Estado de São Paulo), pág. 130.

(5). — Convém lembrar a enorme dificuldade no uso de conceitos com que o historiador da sociedade luta até hoje. Preferimos aceitar a conceituação de Roland Mousnier: “Na estratificação em ordens ou *status* os grupos sociais são hierarquizados não conforme a fortuna de seus membros e sua capacidade de consumir (...) mas de acordo com a estima, honra, dignidade, atribuídas pela sociedade às funções sociais que podem ter ou não ter relações com a produção dos bens materiais”. In “Problèmes de Stratification Sociale” — *Actes du Colloque International* (1966) — Presses Universitaires de France — 1968 — pág. 8.

que ficaram classificadas neste mesmo estrato, deixaremos de lado, como por exemplo: os pescadores, os jornaleiros, os agregados, os que viviam de agências, os sem recursos, etc.

Ao tratarmos dos “ofícios mecânicos e artesanais”, não pretendemos realçar a importância econômica ou social que tinham na época, nem mesmo mostrar alguma participação política. Estas profissões constituíram um número inexpressivo dentro de uma maioria de homens vivendo da lavoura, de uma minoria vivendo do comércio (tanto o de maior ou menor proporção), de tropa, de profissões liberais, da pecuária, de cargos públicos, militares ou eclesiásticos.

Na realidade, os que desempenhavam ofícios mecânicos ou artesanais representam uma porcentagem insignificante dentro da estrutura profissional da época. E é sobre essa parcela mínima que pretendemos tecer alguns comentários.

Como já sabemos, os ofícios mecânicos eram controlados pelas autoridades municipais e compreendiam principalmente as seguintes profissões: alfaiates, carpinteiros, sapateiros e ferreiros. Ficavam esses ofícios sujeitos a regulamentos, que dentro de cada categoria, estipulavam os preços e normas a serem seguidas. Vejamos alguns exemplos:

“(...) Regimento e taxa feito aos mestres e officiaes do officio de carpinteiro do que devem levar de seus jornais por dia (...)” (6).

Quanto aos alfaiates podemos encontrar um regimento que regulamentava os preços dos feitiços de roupa (7); enquanto que para os sapateiros existia uma lista de preços a serem cobrados de conformidade com o tipo de calçado (8). Da mesma forma os ferreiros poderiam fazer suas cobranças, mas de acordo com os instrumentos que utilizavam (9).

Além desse tipo de controle a que os ofícios mecânicos ficavam sujeitos existia ainda a dependência dos mesmos aos juizes e escrivães de sua respectiva profissão. Estes eram escolhidos através de eleições.

(6). — Segue-se uma relação de pagamentos que seriam feitos de acordo com as notas de merecimento. In “Termo de Vereança”, vol. 17 (fev. de 1780), pág. 246.

(7). — In “Atas da Câmara de São Paulo” — vol. 15 (março 1767), pág. 251.

(8). — In “Termo de Vereança” — vol. 17 (janeiro 1780), págs. 236 e 237.

(9). — *Idem* — vol. 17 (março 1780), págs. 250 a 254.

Na segunda metade do século XVIII essas eleições foram regulares. Nas Atas da Câmara de São Paulo ou mesmo no Registro Geral encontramos pelo menos referências das eleições de um ofício isolado ou de vários ao mesmo tempo, nos anos de 1757, 1769, 1770, 1771, 1772, 1773, 1774, 1778, 1781, 1782, 1790, 1792, 1796 e 1798. Parece ter sido mais comum as eleições para os alfaiates e carpinteiros, do que para os ferreiros por exemplo. Por outro lado, no ano de 1778, realizaram-se eleições de juizes e escrivães para todos os ofícios mecânicos da cidade (10).

Existiam casos de juizes reeleitos. Francisco Martins Ferreira foi escolhido como juiz dos carpinteiros nos anos de 1770, 1771 e 1781 (11). Casos pitorescos também aconteciam. O carpinteiro Luiz de Jesus, após ter sido escolhido como escrivão, não pode tomar posse por não saber ler, nem escrever (12).

Entretanto, parece que essa regularidade das eleições não persistiu muito tempo. Segundo Maria Luiza Marcílio a tendência foi de a mesma ir desaparecendo:

“Podemos ver que o desaparecimento destas eleições, já irregulares, coincide com a mudança de regime político do Brasil (1822) o que faz pensar em um declínio gradual destas organizações batidas por um liberalismo iniciante” (13).

Para o exercício do ofício mecânico havia necessidade da prestação de exame, através do qual realmente ficasse comprovada a sua capacidade. Uma vez aprovado, receberia, através do juiz e escrivão, a licença para trabalhar:

“(...) Fazemos saber... por certidão do juiz e escrivão do officio de carpinteiro terem examinado a Thomé Mathias da Silva official do dito officio e acharem-no capaz para fazer toda a obra que a elle pertence. Havemos por confirmar o dito exame e lhe concedemos licença geral para que nesta cidade e seu termo ou em outra qualquer parte possa usar o dito officio trabalhando publicamente sem impedimento algum como mestre examinado” (14).

(10). — In “Atas da Câmara de São Paulo” — vol. 17, pág. 99.

(11). — *Idem* — vol. 15, pág. 557, 558; vol. 16, pág. 19 e vol. 17 na pág. 333, respectivamente.

(12). — *Idem* — vol. 19 (abril de 1796), pág. 566.

(13). — MARCÍLIO (M. L.), *A Cidade de São Paulo — Povoamento e População 1750-1850*. Pioneira (São Paulo, 1973), pág. 134.

(14). — Registro Geral da Câmara de São Paulo, vol. 10 (ano 1750), pág. 7.

Essa licença, na realidade era exigida, e no caso da pessoa não a possuir poderia sofrer penalidades como por exemplo a de multas (15).

De modo geral, esses profissionais não dispunham de muitos recursos, seus utensílios de trabalho eram bastante precários, tornando a tarefa mais árdua (16).

Muitos demonstravam desinteresse em aceitar encomendas, gastando muito tempo para findá-las. Pelo menos é o que podemos sentir através das queixas feitas por Saint Hilaire, quando de sua passagem por São Paulo, ocasião em que necessitou de encomendar malas para suas constantes viagens:

“De acordo com a opinião geral, constatada aliás por mim, penso que em nenhum país os artífices sejam tão preguiçosos e tão pouco exatos no cumprimento de seus tratos (...). Quando um trabalhador ganhava algumas patacas... repousava até que essa importância fosse consumida” (17).

Socialmente, o ofício mecânico era considerado como “indigno” pelas famílias nobres, uma vez que entre as condições de ingresso na nobreza pesava justamente a do indivíduo, assim como seus antepassados nunca terem desempenhado esse tipo de ofício (18).

Entre os homens que desempenhavam os ofícios mecânicos não existia propriamente uma consciência de classe (19). Entretanto, em algumas ocasiões, certas conveniências econômicas comuns levavam-nos a aproximar-se a fim de defender seus interesses. Assim, alguns protestos, algumas reclamações, embora ainda sem muito significado eram feitas.

(15). — Tiveram que pagar multas os carpinteiros: Ângelo Forquim e Francisco Álvares. Cf. “Atas da Camara”: vol. 18 (ano 1785), pág. 198 e vol. 19 (ano 1795), pág. 522 respectivamente.

(16). — “Possuíam apenas os utensílios indispensáveis aos seus trabalhos, e quase nunca estavam providos do material necessário à execução dos mesmos. Assim, era mister fornecer couro ao correio, linha ao alfaiate, madeira ao marceneiro (...).” In Saint Hilaire (A. de), *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província Cisplatina*. Martins (São Paulo, 1972), pág. 180 e 181.

(17). — *Idem*, pág. 180.

(18). — Por exemplo José de Toledo Piza, de Taubaté, no ano de 1767 reclamava por não ter sido escolhido para juiz de medições da terra uma vez que “não só é limpo de Sangue, mas também o é e sempre foi de maons, e nunca exercitou off. mecanico (...)” — In Arquivo do Estado de São Paulo, Tempo Colonial, ord. 315, maço 74, pasta 1, documento nº 41.

(19). — Tão pouco uma consciência de classe na linha de análise configurada por Stanislaw Ossowski no seu trabalho *Estrutura de classes na consciência social*. Ed. Zahar, trad. (Rio de Janeiro, 1964).

Em 1769, por exemplo, os alfaiates não concordavam com a decisão da Câmara Municipal de São Paulo que os queria forçar a ir cortar vestidos nas casas da clientela:

“(...) houve ameaça de parede por parte dos alfaiates paulistanos. Protestaram contra a decisão municipal que os queria forçar a ir às casas da clientela cortar vestidos” (20).

Em 1802, o juiz dos ferreiros reclamava a respeito de alguns “rebeldes” que se recusavam a contribuir com determinada quantia, como era de costume, para a procissão de São Jorge. Diante desse fato, o escrivão esclarecia que:

“(...) os mesmos rebeldes (...) comparecessem nesta vereança de hoje a dar as causas por que não satisfaziam como são obrigados; e como não compareceram (...) determinaram a mim escrivão passasse mandado executivo contra os ditos rebeldes (...)” (21).

Apesar dos chamados “ofícios mecânicos” não serem bem vistos socialmente, dentro da mentalidade da época, é interessante notarmos o que aconteceu em relação aos carpinteiros, pois à medida que os engenhos foram surgindo em São Paulo, naquelas zonas açucareiras mais importantes, o carpinteiro assumiu uma posição valorizada. O carpinteiro passou a ser bem mais requisitado e seu serviço aumentou bastante:

“O carpinteiro é uma das figuras mais importantes na indústria açucareira paulista. Cabe-lhe construir o engenho e fazer todos os objetos necessários (...). Na sociedade que se formou em torno da cultura de cana o carpinteiro devia ocupar lugar de destaque...” (22).

Verificando-se o número de carpinteiros (homens livres) declarados nos recenseamentos, no ano de 1798, nas várias vilas de São Paulo, notamos que exatamente as maiores porcentagens são atingidas em Itú..

(20). — TAUNAY (A.), *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. (São Paulo, 1935), 1º volume, 2a. parte, págs. 19 e 20.

(21). — In “Termo Vereança”, vol. 20 (julho 1802), pág. 363.

(22). — PETRONE (Maria Thereza Schorer), *A Lavoura Canavieira em São Paulo — expansão e declínio (1765-1851)*. Difusão Européia do Livro. (São Paulo, 1968), pág. 101. A autora, ainda salientando a importância que o carpinteiro chegou a ter, aponta que em 1821 foi feito um requerimento pelo capitão-mor de Porto Feliz ao governo, a fim de pedir isenção do mesmo do serviço militar.

Porcentagem de carpinteiros sobre os totais de fogos existentes nas Vilas da Capitania de São Paulo. Ano de 1798.

(Dados aferidos no Arquivo do Estado de São Paulo).

<i>Vilas</i>	<i>% carpinteiros</i>	<i>Vilas</i>	<i>% carpinteiros</i>
Apiáí	1,38	Santos	3,06
Atibaia	0,27	São Luiz de Paraitinga	1,05
Bragança	0,77	São Paulo	1,11
Campinas	0,27	São Sebastião	3,00
Cananéia	3,72	São Vicente	—
Cunha	0,64	Sorocaba	1,05
Faxina	1,06	Taubaté	1,11
Guaratinguetá	0,39	Ubatuba	0,53
Itanhaem	0,53		
Itapetininga	0,60		
Iguape	2,43		
Itú	3,24		
Jacareí	0,48		
Jundiáí	0,55		
Lorena	1,04	Sé	2,14
Mogí Mirim	1,73	Cotia	0,40
Mogí das Cruzes	0,42	Guarulhos	0,50
Pindamonhangaba	0,92	Juquirí	0,90
Parnaíba	0,60	Santo Amaro	0,59
Porto Feliz	1,55	São Bernardo	2,10

Em Itú, onde apareceu a maior porcentagem de carpinteiros, após Cananéia (23), deu-se um grande aumento de 1776 para 1798 (de 0,66% dos fogos para 3,24%). Por outro lado, em Campinas que no ano de 1798 apresentava 0,27 dos fogos, passou a ter em 1804: 1,76% dos mesmos.

Em termos comparativos, no ano de 1798, Itú no que diz respeito às outras profissões apresentava as seguintes porcentagens (24):

alfaiates	1,62%
carpinteiros	3,24
oleiros	0,20
louceiros	0,76
padeiras	0,32

(23). — Em Cananéia o grande número de carpinteiros deve-se possivelmente ao serviço de construção de embarcações ali existente.

(24). — AETC. Maços de População, caixa 73.

ferreiro	0,32
sapateiro	0,96
tecelões	2,60
diversas	2,18

O número de carpinteiros em Itú foi superior ao de tecelões que em muitas outras zonas de economia diferente eram bem mais representativos. Vejamos o exemplo de Pindamonhangaba (25):

alfaiates	0,78%
carpinteiro	0,92
costureiras	0,47
ferreiro	0,30
sapateiro	0,76
tecelões	10,52

Entre as profissões que talvez pudéssemos considerar como “artesanais” podemos destacar as que apareceram com maior frequência nos recenseamentos: tecelões, louceiros, oleiros, os que faziam peneiras, balaios, violas, chapéus, os que viviam de “escultura”, de pintar.

O número de tecelões chegou mesmo a ser bastante significativo em algumas vilas da Capitania de São Paulo, havendo uma grande concentração em termos percentuais em Guarulhos (na época parte da Vila de São Paulo) e Pindamonhangaba.

Na realidade era grande a necessidade de tecelões, que lidavam com os panos de algodão, já que não existiam fábricas e a própria coroa portuguesa proibia a existência das mesmas.

No quadro a seguir mostramos as porcentagens dos referidos ofícios mecânicos e artesanais nas vilas da Capitania de São Paulo (26).

(25). — AETC. Maços de População, caixa 137.

(26). — Chamamos atenção antes para dois aspectos. O número de fogos totais de cada vila foram obtidos após a contagem de unidade por unidade, já que havíamos constatado ser comum o caso de pularem na numeração de um fogo para outro, ou mesmo em alguns casos nem numeração havia. Por exemplo, no recenseamento da Vila de Atibaia de 1786 pularam 100 números na contagem de fogos. *In* AETC, Maços de População, caixa nº 8.

Outro aspecto refere-se a Vila de São Paulo. Esse número de fogos abrange: Sé, Cotia, Guarulhos, Juquirí, Santo Amaro, São Bernardo, já que em 1798 pertenciam a vila de São Paulo.

Outros ofícios artesanais ou mecânicos não fizeram parte desse quadro por não serem comuns nas várias vilas da Capitania de São Paulo. Temos o exemplo dos cangalheiros (27), que no ano de 1798, pelo menos mencionados nos recenseamentos apareceram apenas nas vilas de Jundiá (0,83%), São Luiz de Paraitinga (0,26) e São Paulo (0,02). Quanto aos latoeiros que tinham como patrono a Santo Eloy, encontramos em Atibaia (0,09%), Jacareí (0,09%), São Paulo (0,02). Pintores: em Itú (0,20), Mogí das Cruzes (0,08), Santos (0,65), São Paulo (0,02), São Sebastião (0,12) e Taubaté (0,07). Vivendo de fazer peneiras e balaios: Atibaia (0,09), Jacareí (0,09), Jundiá (0,14), Lorena (0,09) e Pindamonhangaba (0,30).

No desempenho dessas atividades misturavam-se tanto homens brancos como mulatos ou pretos, assim como livres ou escravos, sendo estes últimos utilizados mais como ajudantes:

“(...) e se passaram duas provisões uma de (...) outra de sapateiro a André escravo de dona Anna Eufrosina” (28).

Realmente, o escravo além do serviço na lavoura, era empregado em serviços domésticos, como ajudantes de ofícios mecânicos, artesanais (29).

A distribuição desses ofícios mecânicos e artesanais por sexo e cor, nas várias vilas da Capitania de São Paulo ainda é um trabalho que está para ser feito.

Entretanto, no caso de Guaratinguetá, após o ano de 1775, Lucilla Hermann tecia as seguintes considerações:

“A mulher livre começa a libertar-se da tutela da família e a fazer-se representar na estrutura profissional, as viúvas em grande parte, permanecem em seus lares, como chefes da família, provendo à sua economia com seu trabalho de tecer pano, em companhia, ou dirigindo as escravas (...)” (30).

(27). — No dizer de Nuto Sant’Ana: “(...) Cangalheiro era o que fabrica aqueles aparelhos que, montados no dorso das cavalgadas, serviam a sustentar as bruacas”. In *Metropóle — História da Cidade de São Paulo de Piratininga*, Coleção Departamento de Cultura. (São Paulo), 2º vol., pág. 129.

(28). — Atas da Câmara de São Paulo, vol. 19, ano de 1793, pág. 366.

(29). — Infelizmente, nos recenseamentos não são mencionadas suas profissões, o que nos impede de saber ao certo, através desse tipo de documentação, o número das mesmas e estabelecer um confronto entre os referidos profissionais livres ou escravos.

(30). — HERMANN (L.), *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num período de Trezentos Anos*, “Revista de Administração do Instituto de Administração” da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Ano II, nº 5-6, (São Paulo, 1948), pág. 71.

QUADRO DE OFÍCIOS MECÂNICOS E ARTESANAIS — VILAS DA CAPITANIA DE SÃO PAULO. ANO DE 1798
— PORCENTAGEM SOBRE OS FOGOS.

(Dados aferidos no Arquivo do Estado de São Paulo).

Vilas	Total de Fogos	alfaiates	carpinteiros	ferreiros	louceiros	oleiros	pedreiros	costureiras	sapateiros	seleiros	tecelões
Apiáí	145	0,69	1,38	0,69	—	—	—	—	0,69	0,69	—
Atibaia	1135	0,44	0,27	0,09	0,09	—	—	—	0,44	—	0,96
Bragança	1039	0,19	0,77	0,19	—	0,19	—	0,19	0,28	—	0,28
Campinas	368	0,27	0,27	—	—	0,54	—	0,81	0,27	—	0,27
Cananéia	268	1,12	3,72	1,12	0,37	—	—	—	0,75	—	0,75
Cunha	311	0,64	0,64	1,30	—	0,64	—	—	0,32	0,32	—
Faxina	281	0,72	1,06	0,35	—	0,35	—	—	0,72	—	1,06
Guaratinguetá	1024	0,78	0,39	0,29	0,29	0,10	—	0,78	0,98	—	4,59
Iguape	724	0,55	2,43	0,97	—	0,81	0,15	0,41	0,55	—	—
Itanhaem	188	—	0,53	1,06	—	—	—	0,53	0,53	—	—
Itapetininga	655	0,30	0,60	0,45	—	0,15	—	—	0,15	—	0,15
Itú	924	1,62	3,24	0,32	0,76	0,20	—	2,38	0,96	—	2,60
Jacareí	1025	0,09	0,48	0,19	—	—	—	0,19	0,48	0,09	2,53
Jundiáí	722	0,28	0,55	0,41	—	—	—	1,10	0,27	0,14	2,63
Lorena	940	0,85	1,04	0,85	—	—	—	0,50	1,00	0,09	0,09
Mogí das Cruzes	1193	0,68	0,42	0,17	—	0,33	0,08	0,33	0,84	0,08	4,97
Mogí Mirim	975	0,62	1,73	0,46	0,08	0,08	—	0,92	0,93	—	0,79
Parnaíba	1000	0,40	0,60	0,30	—	0,10	—	0,40	1,00	—	4,00
Pindamonhan- gaba	646	0,78	0,92	0,30	0,41	—	—	0,47	0,79	—	10,52
Porto Feliz	515	0,58	1,55	0,20	0,20	0,97	0,19	1,74	0,38	—	2,52
Santos	547	1,53	3,06	0,87	—	—	0,21	10,72	3,06	—	—
São Luiz de											
Paraitinga	382	0,80	1,05	0,26	0,26	0,52	—	0,26	0,26	—	0,52
São Paulo	3580	0,49	1,11	0,49	0,59	0,19	0,01	1,51	0,75	0,17	5,89
São Sebastião	800	0,50	3,00	0,75	1,50	0,50	—	3,38	1,50	—	0,37
São Vicente	115	—	—	0,87	—	—	—	—	0,87	—	—
Sorocaba	1334	0,67	1,05	0,44	—	0,37	0,08	2,32	0,52	—	3,98
Taubaté	1441	0,70	1,11	0,20	0,07	—	0,07	0,70	0,77	—	2,43
Ubatuba	380	0,27	0,53	0,27	—	—	—	0,26	0,52	—	0,79
Totais	22.567	0,59	1,19	0,50	0,16	0,22	0,03	1,05	0,74	0,05	1,89

Com respeito à Vila de São Paulo:

Vila de São Paulo	Total de Fogos	alfaiates	carpinteiros	ferreiros	louceiros	oleiros	pedreiros	costureiras	sapateiros	seleiros	tecelões
Sé	1396	2,22	2,14	1,23	0,07	0,30	0,07	8,60	1,37	0,30	10,38
Cotia	500	0,20	0,40	—	0,20	—	—	—	—	—	0,80
Guarulhos	603	0,33	0,50	0,66	—	0,16	—	0,16	0,50	—	14,11
Juquirí	333	—	0,90	—	0,30	0,30	—	0,30	1,20	—	3,60
Santo Amaro	511	0,20	0,59	0,20	—	—	—	—	0,59	—	0,98
São Bernardo	237	—	2,10	0,84	2,96	0,42	—	—	0,84	0,42	5,50
Totais	3580	0,49	1,11	0,49	0,59	0,19	0,01	1,51	0,75	0,17	5,89

Apenas como mostragem teríamos elementos para conhecer a distribuição dos referidos ofícios quanto ao sexo e quanto a cor, mas só referentes à zona mais central de São Paulo (1a., 2a. e 3a. Companhias) e as zonas da Penha, Freguesia do Ó e Santa Ana, no ano de 1804 (31).

Quanto aos ofícios exclusivamente masculinos, as porcentagens obtidas quanto à cor foram as seguintes:

— alfaiates (totalizando 31 fogos e representando 1,86% do quadro de estrutura profissional):

brancos	—	3	—	9,68%
negros	—	4	—	12,90%
mulatos	—	24	—	77,42%

— carpinteiros (totalizando 35 fogos, portanto com 2,10%):

brancos	—	7	—	20,00%
negros	—	5	—	14,29%
mulatos	—	23	—	65,71%

— ferreiros (totalizando 17 fogos e porcentagem de 1,02%):

brancos	—	12	—	70,59%
negros	—	2	—	11,76%
mulatos	—	3	—	17,65%

— oleiros (totalizando 4 fogos, representando 0,24%):

brancos	—	3	—	75,00%
mulatos	—	1	—	25,00%

— pedreiro (totalizando 6 fogos e 0,36% das profissões):

brancos	—	1	—	16,67%
negros	—	3	—	50,00%
mulatos	—	2	—	33,33%

— sapateiro (totalizando 29 fogos, na porcentagem de 1,74%):

brancos	—	12	—	41,38%
negros	—	2	—	6,90%
mulatos	—	15	—	51,72%

(31). — Estes dados foram aferidos no Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de População da Capital, caixa 33. Lembramos novamente que esses resultados referem-se apenas aos homens livres e aos fogos. O total de fogos, em 1804, nas referidas regiões foi de: 1667.

Nessas profissões exclusivamente masculinas podemos perceber que em termos de maior representação porcentual dentro do quadro de estrutura profissional encontramos os carpinteiros. Quanto à cor os brancos predominaram nos ofícios de ferreiros, oleiros; os negros na de pedreiros enquanto que os mulatos na de alfaiates, carpinteiros, e sapateiros.

Quanto à profissão exclusivamente feminina temos a das costureiras, totalizando 222 fogos, com uma porcentagem significativa dentro da estrutura profissional, ou seja: 13,32%, estando a maioria representada pelas mulheres brancas:

mulheres brancas —	154	—	69,37%
mulheres mulatas —	66	—	29,73%
mulheres negras —	2	—	0,90%

Entretanto, algumas profissões eram desempenhadas tanto pelos homens, como pelas mulheres, como é o caso dos que faziam louças e teciam.

— louceiros (total de fogos: 160, porcentagem no quadro profissional — 3,60%):

homens brancos —	9	—	15,01%
homens mulatos —	23	—	38,33%
mulheres brancas —	11	—	18,33%
mulheres mulatas —	17	—	28,33%

homens —	53,33%
mulheres —	46,67%

— tecelões (total de 129 fogos e porcentagem de 7,74%):

homens brancos —	10	—	7,75%
homens negros —	3	—	2,33%
homens mulatos —	2	—	1,55%
mulheres brancas —	48	—	37,21%
mulheres negras —	14	—	10,85%
mulheres mulatas —	52	—	40,31%

homens —	11,63%
mulheres —	88,37%

Pudemos perceber portanto que enquanto entre os louceiros predominaram os homens e principalmente os mulatos, entre os tecelões a maioria foi de mulheres mulatas.

* * *

*

Assim, vimos alguns aspectos a respeito dos ofícios mecânicos e artesanais em São Paulo na segunda metade do século XVIII. Uma das profissões que no fim do século passou a ser solicitada foi a dos carpinteiros devido ao progresso da lavoura de cana-de-açúcar e necessidade de mão-de-obra na construção de engenhos.

Não há dúvida de que dentro da estrutura profissional da época esses ofícios representaram parcelas mínimas. Tomando-se por base o ano de 1798 e as vilas então existentes, as médias gerais por fogos obtidas não chegaram a ultrapassar 2,00% .

As maiores porcentagens obtidas foram a dos tecelões (1,89%) e carpinteiros (1,19%), enquanto que em termos regionais, por vilas, o maior índice registrou-se com as costureiras em Santos (10,72%) e tecelões em Pindamonhangaba.

Entretanto, mesmo constituindo-se num número inexpressivo, esses ofícios mecânicos e artesanais não deixaram de ter sua importância, se considerarmos que todos eles se constituíam em profissões especializadas e, como tal, necessárias ao progresso econômico da época.